

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – DIA 07/04/2017

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, as quatorze horas e quarenta e nove minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins (SES-TO), deu-se início a 1ª (primeira) Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2017, com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde; Gilian Cristina Barbosa/Diretoria de Atenção Primária; Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS; Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/ Superintendente de Vigilância Promoção e Proteção à Saúde; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde; Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana/Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde; Mísia Saldanha Figueredo/Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS e Vera Lucia Carvalho/Analista Técnico Administrativa da CES. **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Anna Cristina Costa B. Bezerra/Diretora de Descentralização e Regionalização e SMS de Porto, José Nelson Brito da Silva/Conselheiro Fiscal do COSEMS e SMS de Riachinho, Juliano Ribeiro de Souza/SMS de Chapada da Natividade, Sonia Maria Bezerra T. de Mendonça/Diretora de Comunicação e SMS de Dianópolis, Sinvaldo dos Santos Moraes/SMS de Cristalândia, Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupí. Valéria Silva Paranaguá/Diretoria Administrativa e SMS de Iajé e Whisslay Maciel Bastos/Sub Secretário Municipal de Saúde de Palmas. A Sra. Luiza Regina Dias Noletto neste ato, representando o Sr. Marcos Esner Musafir, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), presidindo a 1ª (primeira) Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 07 de abril de 2017 às quatorze horas e quarenta e nove minutos, iniciou os trabalhos dando boas vindas a todos e na sequência apresenta o que se segue: **ITEM 1. Pactuação e Aprovação da Pauta. PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:** A Sra. Luiza Regina Dias/Superintendente de Planejamento da SES-TO inicia informando que não vai fazer a leitura de todos os Itens da pauta neste momento inicial tendo em vista a extensão da mesma, e que ela se trata especialmente das aprovações das homologações das propostas oriundas das Emendas Parlamentares Impositivas destinadas aos municípios e ao estado, e será feita a leitura uma por uma e aquela que estiver necessidade de esclarecimento será feita no decorrer da reunião, Sra. Luiza Regina pergunta a todos da plenária se alguém tem algum

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

34 encaminhamento alguma sugestão a respeito dessa pauta, ou alguma necessidade de inclusão de
35 proposta, que tenha sido cadastrada e que não chegou antes do início da Reunião que queira ser
36 incluída, e deixou registrado que os municípios de Riachinho e São Felix requerem inclusão de pauta
37 tendo em vista que não chegou a tem hábil os documentos da referida pauta. O Sr. Wisllay Maciel
38 Bastos Secretário Executivo de Saúde de Palmas, tem duas colocações a fazer, a primeira é a questão
39 da Câmara Técnica que estava agendada para esta data e horário e de quando será realizada. A Sra.
40 Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes/Gerente da Secretaria Geral da CIB esclarece que
41 entrou em contato com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) porque a
42 Extraordinária só acontece com quórum e lhe foi informada que acontecesse a Reunião Extraordinária
43 e em seguida a Câmara Técnica justamente por conta dos municípios que em muitas representações
44 são os mesmos. O Sr. Whislly relata que estava com um compromisso e está preocupado porque o
45 assunto da Câmara Técnica tem relação direta com o município de Palmas e ele tem um compromisso
46 com um pessoal de São Paulo. E o segundo ponto é em relação aos pontos de pauta no Item 5 que
47 trata do implemento do Teto Média e Alta Complexidade (MAC) na ordem de R\$140.000.000,00
48 (cento e quarenta milhões de reais), só que esse ponto teria que ter submetido a uma consulta para ser
49 aprovado, e aí pergunta em que momento houve essa discussão para a deliberação dessa proposta de
50 pactuação. A Sra. Luiza Regina esclarece que é uma Emenda Parlamentar de Bancada e ainda não foi
51 cadastrada que está em discussão, e que aqui nesta Reunião Extraordinária vai ser dado conhecimento
52 da emenda para dar conhecimento, e será feito uma apresentação dos critérios que estão propostos
53 para distribuir parte dos recursos aos municípios, e se a comissão entender pela aprovação dos
54 critérios, e o que querem é dar conhecimento da existência da emenda do processo de articulação que
55 se iniciou para que consiga efetivar essa emenda para o estado do Tocantins. O Sr. Whislly relata
56 que entende que emenda parlamentar é destinada por objetos, e pede esclarecimento sobre essa
57 emenda se vai ser continuada, e lhe foi respondido que não. A Sra. Luiza Regina faz um
58 esclarecimento que está presidindo essa Reunião Extraordinária em função da ausência do Secretario
59 Marcos E. Musafir que se encontra em uma audiência no Fórum de Palmas e que a reunião coincidiu
60 com o horário da audiência. A Sra. Sonia SMS de Dianópolis informa que encaminhou documentos
61 para inclusão de pauta e seu município não está incluso na pauta, e foi confirmado pela Sra. Nayara
62 que faltava alguns documentos, mas que os mesmos acabaram de chegar e já está sendo inclusos. A
63 Sra. Luiza Regina registra que as proposta de Emenda Individual da Secretária Estadual de Saúde
64 (SES) tenha sido enviadas, e ficou a dúvida por parte da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) se
65 colocaria nessa Reunião Extraordinária ou colocaria na próxima Reunião Ordinária, e considerando
66 que esta Pauta Extraordinária tem como objeto tratar das propostas das Emendas Parlamentares e
Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

67 serão incluídas cinco propostas que foi cadastrada pela SES, a Sra. Luiza Regina pergunta aos
68 membros da comissão se há necessidade de algum esclarecimento sobre prazo dados nas portarias, ou
69 algum questionamento sobre o Projeto do Transporte Sanitário que está sendo financiado, ou em
70 relação a necessidade de aprovação de alguma proposta, que além do conhecimento da CIB requer
71 aprovação do projeto do Transporte Sanitário. Aprovada a Pauta do dia. E na sequência a Sra. Luiza
72 Regina apresenta o que se segue: **ITEM 2. Homologar as Propostas de Projeto para Aquisição de**
73 **Equipamentos e Materiais Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) para municípios do**
74 **Estado do Tocantins, referentes à Emenda Parlamentar:** Item aprovado pela plenária. **2.1**
75 **Proposta de Projeto N°. 12099.581000/1170-06 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
76 **Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no valor de**
77 **R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de Alvorada do Tocantins – TO,**
78 **referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item aprovado
79 pela plenária. **2.2** **Proposta de Projeto N°. 11235.634000/117002 para Aquisição de Equipamentos e**
80 **Materiais Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no**
81 **valor de R\$ R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de Jaú do Tocantins – TO,**
82 **referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item aprovado
83 pela plenária **2.3** **Proposta de Projeto N°. 13414.643000/1170-12 para Aquisição de Equipamentos e**
84 **Materiais Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no**
85 **valor de R\$242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), para o município de Miranorte – TO,**
86 **referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item aprovado
87 pela plenária. **2.4** **Proposta de Projeto N°. 13076.026000/1170-09 para Aquisição de Equipamentos e**
88 **Materiais Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no**
89 **valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de Babaçulândia – TO,**
90 **referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item aprovado
91 pela plenária. **2.5** **Proposta de Projeto N°. 12308.833000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e**
92 **Materiais Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no**
93 **valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de Cariri do Tocantins – TO,**
94 **referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item aprovado
95 pela plenária. **2.6** **Proposta de Projeto N°. 11439.826000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e**
96 **Materiais Permanentes referente a Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, no**
97 **valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de Divinópolis do Tocantins –**
98 **TO, referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes;** Item
99 aprovado pela plenária. **2.7** **Proposta de Projeto N°. 12271.064000/1170-06 para Aquisição de**
Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) sendo R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda, para o município de **Almas – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.8** Proposta de Projeto N°. 11096.094000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Muricilândia – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda; Item aprovado pela plenária. **2.9** Proposta de Projeto N°. 11301.094000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais) sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29180004 do Parlamentar Senador Vicentinho Alves e R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 37750005 do Parlamentar Deputado Vicentinho Junior, para o município de **Dianópolis – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.10** Proposta de Projeto N°. 11545.460000/1177-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), para o município de **Miracema do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 23590002 da Parlamentar Senadora Kátia Abreu; Item aprovado pela plenária. **2.11** Proposta de Projeto N°. 11341.025000/1170-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos e noventa mil reais), para o município de **Aliança do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **2.12** Proposta de Projeto N°. 11341.025000/1170-06 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Aliança do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **2.13** Proposta de Projeto N°. 11291.331000/1170-08 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Aguiarnópolis – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **2.14** Proposta de Projeto N°. 11204.812000/1170-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais

133 Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$
134 190.000,00 (cento e noventa mil reais) sendo R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) referentes à Emenda
135 Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim e R\$ 150.000,00
136 (cento e cinquenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29180004 do Parlamentar Senador
137 Vicentinho Alves, para o município de **Buriti do Tocantins – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.15**
138 Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
139 Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$
140 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Porto Nacional – TO**, referente à
141 Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela
142 plenária. **2.16** Proposta de Projeto N°. 12342.968000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e
143 Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no
144 valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o município de **Lagoa da Confusão – TO**,
145 referente à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda; Item
146 aprovado pela plenária. **2.17** Proposta de Projeto N°. 11490.763000/1170-01 para Aquisição de
147 Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte**
148 **Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de
149 **Pindorama do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar
150 Senador Ataídes Oliveira; Item aprovado pela plenária. **2.18** Proposta de Projeto N°.
151 11328.248000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a
152 **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e
153 noventa mil reais) sendo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referentes à Emenda Parlamentar
154 N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim e R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
155 referentes à Emenda Parlamentar N°. 2690004 do Parlamentar Deputado Cesar Halum, para o
156 município de **Colméia do Tocantins – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.19** Proposta de Projeto
157 N°. 11893.009000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a
158 **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e
159 quarenta e dois mil reais) sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) referentes à Emenda Parlamentar
160 N°. 30860006 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda e R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
161 referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira, para o
162 município de **Tupirama – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.20** Proposta de Projeto N°.
163 11295.419000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a
164 **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e
165 oitenta mil reais), para o município de **Guaraí – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 23590002

da Parlamentar Senadora Kátia Abreu; Item aprovado pela plenária. **2.21** Proposta de Projeto N°. 11289.197000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Chapada da Natividade – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 29180004 do Parlamentar Senador Vicentinho Alves; Item aprovado pela plenária. **2.22** Proposta de Projeto N°. 12257.851000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) sendo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim, R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu, e R\$ 26.000, 00 (vinte e seis mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 37750005 do Parlamentar Deputado Vicentinho Júnior, para o município de **São Valério da Natividade – TO**; Item aprovado pela plenária. **2.23** Proposta de Projeto N°. 11374.226000/1170-06 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Caseara – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 3695008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **2.24** Proposta de Projeto N°. 11230.123000/1170-07 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Santa Rita do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item aprovado pela plenária. **2.25** Proposta de Projeto N°. 13397.77800/1170-06 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para o município de **Carmolândia – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda; Item aprovado pela plenária. **2.26** Proposta de Projeto N°. 11419.212000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), para o município de **Conceição do Tocantins – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item aprovado pela plenária. **2.27** Proposta de Projeto N°. 13767456000/1170-09 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referente a **Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo**, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), para o município de **Ponte Alta do Bom Jesus – TO**, referente à Emenda Parlamentar N°. 230860006 da Parlamentar Deputada Dulce

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

Miranda; Item aprovado pela plenária. **ITEM 3 - Homologar as seguintes Propostas de Projeto:**

3.1 Propostas de Projeto N°. 11341.025000/1170-07 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família I Aliança, no valor de R\$ 9.990,00(nove mil novecentos e noventa reais), no município de Aliança do Tocantins – TO, referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **3.2** Propostas de Projeto N°. 11490.763000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Benedito Oliveira Costa, no valor de R\$ 99.950,00 (noventa e nove mil novecentos e cinquenta reais), no município de Pindorama do Tocantins – TO, referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim;**3.3** Item aprovado pela plenária. Propostas de Projeto N°. 11490.763000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Benedito Oliveira Costa, no município de Pindorama do Tocantins – TO, no valor de R\$ 60.030,00 (sessenta mil e trinta reais) sendo R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira, e R\$ 50.030,00 (cinquenta mil e trinta reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. **3.4** Propostas de Projeto N°. 11545460000116005 para Construção da Unidade Básica de Saúde do Assentamento Irmão Adelaide, na zona rural do município de Miracema do Tocantins – TO, no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680008 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. **3.5** Propostas de Projeto N°. 11545460000117709 para Construção da Unidade Básica de Saúde da Região Serra da Lopa, na zona rural do município de Miracema do Tocantins – TO, no valor de R\$ 726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26930001 da Parlamentar Deputada Professora Dorinha Seabra; Item aprovado pela plenária. **3.6** Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Implantação do Prontuário Eletrônico E-SUS nas Unidades Básicas de Saúde do município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 308.800,00 (trezentos e oito mil e oitocentos reais), referente à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. **3.7** Proposta de Projeto N°. 11315054000/1177-01 para Construção da Unidade Básica de Saúde Porte II Brigadeiro Eduardo Gomes no município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 37750005 do Parlamentar Deputado Vicentinho Junior; Item aprovado pela plenária. **3.8** Proposta de Projeto N°. 11315054000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Atenção Especializada em saúde – Unidade de Pronto Atendimento – UPA – do município de Porto

232 Nacional – TO, no valor de R\$ 274.940,00 (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta
233 reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310002 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira;
234 Item aprovado pela plenária. 3.9 Proposta de Projeto N°. 36000119244/2011-00 para Aquisição de
235 Medicamentos para a Assistência Farmacêutica do município de Porto Nacional – TO, no valor de
236 R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26900005 do
237 Parlamentar Deputado Cesar Halum; Item aprovado pela plenária. 3.10 Proposta de Projeto N°.
238 11204.8120001/17-703 para Ampliação da Unidade de Saúde da Família Dr. Menezes, CNES
239 7460600 do município de Buriti do Tocantins – TO, no valor de R\$ 428.696,00 (quatrocentos e
240 vinte e oito mil seiscentos e noventa e seis reais), sendo R\$ 348.696,00 (trezentos e quarenta e oito
241 mil, seiscentos e noventa e seis reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar
242 Deputada Dulce Miranda, e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°.
243 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. 3.11
244 Proposta de Projeto N°. 12440.801000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos para a Unidade
245 Básica de Saúde do município de Chapada de Areia – TO, no valor R\$ 269.970,00 (duzentos e
246 sessenta e nove, novecentos e setenta reais), sendo R\$ 119.970 (cento e dezenove mil, novecentos e
247 setenta reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos
248 Henrique Gaguim, e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar
249 N°. 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.12 Proposta
250 de Projeto N°. 12691.013000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para
251 a Unidade de Saúde da Família Iracema Siqueira de Abreu Ribeiro do município de Ipueiras – TO,
252 no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°.
253 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.13 Proposta de
254 Projeto N°. 12691.013000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para
255 Unidade de Saúde da Família Iracema Siqueira de Abreu Ribeiro do município de Ipueiras – TO, no
256 valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do
257 Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. 3.14 Proposta de
258 Projeto N°. 11291.277000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para
259 Unidade Básica de Saúde de Abreulândia no município de Abreulândia – TO, no valor de R\$
260 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da
261 Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela plenária. 3.15 Proposta de Projeto N°.
262 12830.142000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade
263 Básica de Saúde Luiz Pereira Lira no município de Monte Santo – TO, no valor de R\$ 150.000,00
264 (cento e cinquenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Senador

265 Ataídes Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.16 Proposta de Projeto N°. 11952.334000/1170-01
266 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade de Saúde Dona Felisbela no
267 município de **Lajeado** – **TO**, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) referentes à
268 Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item aprovado pela
269 plenária. 3.17 Proposta de Projeto N°. 11425.245000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e
270 Materiais Permanentes para Hospital de Pequeno Porte de Monte do Carmo, no município de **Monte**
271 **do Carmo** – **TO**, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais) referentes à Emenda
272 Parlamentar N°. 26910004 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item aprovado pela plenária. 3.18
273 Proposta de Projeto N°. 13849.028000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
274 Permanentes para Hospital Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres no município de **Palmas** –
275 **TO**, no valor de R\$ 499.840,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta reais)
276 referentes à Emenda Parlamentar N°. 26930002 da Parlamentar Deputada Professora Dorinha Seabra
277 Rezende; Item aprovado pela plenária. 3.19 Proposta de Projeto N°. 13849.028000/1170-03 para
278 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Hospital Geral Público de Palmas Dr.
279 Francisco Ayres no município de **Palmas** – **TO**, no valor de R\$ 1.000.110,00 (um milhão cento e dez
280 reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26930002 da Parlamentar Deputada Professora Dorinha
281 Seabra Rezende; Item aprovado pela plenária. 3.20 Proposta de Convênio N°. 913849/17-003 para
282 Reforma e Adequação de Unidade de Atenção Especializada – Ambulatório de Especialidades do
283 Hospital Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres no município de **Palmas** – **TO**, no valor de R\$
284 499.200,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26930002 da Parlamentar Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; Item aprovado pela plenária. 3.21 Proposta de Projeto N°. 13849.028000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e
285 Materiais Permanentes para Hospital Regional de Porto Nacional, no município de **Porto Nacional** –
286 **TO**, no valor de R\$ 480.080,00 (quatrocentos e oitenta mil e oitenta reais) referentes à Emenda
287 Parlamentar N°. 30860007 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda; Item aprovado pela plenária.
288 3.22 Proposta de Convênio N°. 913849/17-002 para Ampliação de Unidade de Atenção Especializada
289 em Saúde do Hospital Regional de Porto Nacional no município de **Porto Nacional** – **TO**, no valor
290 de R\$ 369.920,00 (trezentos e sessenta e nove mil e novecentos e vinte reais) referentes à Emenda
291 Parlamentar N°. 30860007 da Parlamentar Deputada Dulce Miranda; Item aprovado pela plenária.
292 3.23 Proposta de Projeto N°. 11406.326000/1177-06 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
293 Permanentes para o Centro de Atenção Psicossocial Mente Brilhante - CAPS, no município de
294 **Araguatins** – **TO**, no valor de R\$ 23.040,00 (vinte e três mil e quarenta reais) referentes à Emenda
295 Parlamentar N°. 23590003 da Parlamentar Senadora Kátia Abreu; Item aprovado pela plenária. 3.24
296 Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

298 Proposta de Projeto N°. 11406.3260001/14-705 para Construção da Unidade Básica de Saúde no
299 Povoado Maringá no município de Araguatins – TO, no valor de R\$ 726.000,00 (setecentos e vinte e
300 seis mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590002 da Parlamentar Senadora Kátia Abreu;
301 Item aprovado pela plenária. 3.25 Proposta de Projeto N°. 11406.3260001/17-04 para Construção de
302 uma Unidade de Acolhimento em Saúde Mental - UA no município de Araguatins – TO, no valor de
303 R\$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590003
304 da Parlamentar Senadora Kátia Abreu; Item aprovado pela plenária. 3.26 Proposta de Projeto N°.
305 11406.326000/1177-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro
306 Municipal de Saúde de Araguatins, no município de Araguatins – TO, no valor de R\$ 8.000,00 (oito
307 mil reais), sendo R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590002 da
308 Parlamentar Senadora Kátia Abreu, e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) referentes à Emenda Parlamentar
309 N°. 26930001 da Parlamentar Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; Item aprovado pela
310 plenária. 3.27 Proposta de Projeto N°. 11406.326000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos e
311 Materiais Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte Dr. Ostílio A. Araujo, no município de
312 Araguatins – TO, no valor de R\$ 399.930,00 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta
313 reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590003 da Parlamentar Senadora Kátia Abreu; Item
314 aprovado pela plenária. 3.28 Proposta de Projeto N°. 11406.3260001/17-701 para Construção da
315 Unidade Básica de Saúde no Povoado Santa Tereza no município de Araguatins – TO, no valor de
316 R\$ 726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310005 da
317 Parlamentar Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; Item aprovado pela plenária. 3.29
318 Proposta de Projeto N°. 11230.123000/1170-08 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
319 Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Terezinha de Jesus, no município de Santa Rita do
320 Tocantins – TO, no valor de R\$ 39.970,00 (trinta e nove mil, novecentos e setenta reais) referentes à
321 Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item aprovado pela
322 plenária. 3.30 Proposta de Projeto N°. 11419.212000/1170-04 para Aquisição de Equipamentos e
323 Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde Luiz Francisco de Miranda, no município de
324 Conceição do Tocantins – TO, no valor de R\$ 57.980,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta
325 reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá Abreu; Item
326 aprovado pela plenária. 3.31 Proposta de Projeto N°. 11772.824000/1170-01 para Aquisição de
327 Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Porte II Dr. Pedro Zanina, no
328 município de Pedro Afonso – TO, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes
329 à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes; Item aprovado pela
330 plenária. 3.32 Proposta de Projeto N°. 11252.797000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e

331 Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Pronto Atendimento Couto Magalhães, no
332 município de **Couto Magalhães – TO**, no valor de R\$ 141.900,00 (cento e quarenta e um mil, e
333 novecentos reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá
334 Abreu; Item aprovado pela plenária. 3.33 Proposta de Projeto N°. 12257.851000/1170-01 para
335 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família Maria
336 Canabrava, no município de **São Valério da Natividade – TO**, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e
337 dezesseis mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910003 do Parlamentar Deputado Irajá
338 Abreu; Item aprovado pela plenária. 3.34 Proposta de Projeto N°. 13767.456000/1170-08 para
339 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde Mãe
340 Inocência, no município de **Ponte Alta do Bom Jesus – TO**, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e
341 dezesseis mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos
342 Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. 3.35 Proposta de Projeto N°. 13767.456000/1170-13
343 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde Mãe
344 Inocência, no município de **Ponte Alta do Bom Jesus – TO**, no valor de R\$ 161. 860,00 (cento e
345 sessenta e um mil e oitocentos e sessenta reais) sendo R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil
346 reais)referentes à Emenda Parlamentar N°. 29180004 do Parlamentar Senador Vicentinho Alves, R\$
347 8.000,00 (oito mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar Deputada
348 Dulce Miranda, e R\$ 3.860,00 (três mil oitocentos e sessenta reais) referentes à Emenda Parlamentar
349 N°. 30680010 do Parlamentar Deputado Carlos Henrique Gaguim; Item aprovado pela plenária. 3.36
350 Proposta de Projeto N°. 36000.1125382/01-700 para Incremento para o Teto da Média e Alta
351 Complexidade (MAC) do município de **Araguatins – TO**, no valor de R\$ 74.332,00 (setenta e quatro
352 mil, trezentos e trinta e dois reais) referente à Emenda Parlamentar N°. 29310005 do Parlamentar
353 Senador Ataídes Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.37 Proposta de Projeto N°. 36000.1125222/01-700 para Incremento para o Teto da Média e Alta Complexidade (MAC) do
354 município de **Araguatins – TO**, no valor de R\$ 125.668,00 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos
355 sessenta e oito reais) referente à Emenda Parlamentar N°. 29310005 do Parlamentar Senador Ataídes
356 Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.38 Proposta de Projeto N°. 12691.013000/1170-03 para
357 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Saúde da Família Iracema
358 Siqueira de Abreu Ribeiro, no município de **Ipueiras – TO**, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e
359 dezesseis mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes
360 Oliveira; Item aprovado pela plenária. 3.39 Proposta de Projeto N°. 12691.013000/1170-05 para
361 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Saúde da Família Iracema
362 Siqueira de Abreu Ribeiro, no município de **Ipueiras – TO**, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro
363 Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

364 mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001 do Parlamentar Senador Ataídes Oliveira:
365 Item aprovado pela plenária. **3.40** Proposta de Projeto N°. 12691.0130001/17-004 para Ampliação da
366 Unidade de Saúde da Família Iracema Siqueira de Abreu Ribeiro, no município de **Ipueiras – TO**, no
367 valor de R\$ 148.998,00 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais), referentes à
368 Emenda Parlamentar N°. 37750005 do Parlamentar Deputado Vicentinho Júnior. Item aprovado pela
369 plenária. A Sra. Luiza Regina pede aprovação de um encaminhamento da CIB a cerca dos municípios
370 que ainda estão enviando os documentos, para que possa estabelecer um prazo e submeter à
371 aprovação. O Sr. Sinvaldo SMS de Cristalândia esclarece as propostas que vence hoje à meia noite é
372 somente para o Transporte Sanitário Eletivo, as demais propostas de Projetos para Aquisição de
373 Equipamento pode ser anexado posteriormente na próxima reunião da CIB. A Sra. Luiza Regina
374 esclarece que essa questão é regulamentada na portaria de 2012 na obrigação de dar conhecimento a
375 CIB e a CIR nas propostas cadastradas, objeto de emenda parlamentar, se todos da mesa concordam
376 com o encerramento das aprovações que foram pautadas e as que foram inclusa, que são: os
377 municípios de São Felix, Riachinho e Dianópolis, porque as da SES foram inclusas também. se os
378 membros concordam que encerram as aprovações nesses Itens que foram aqui apresentados, e os que
379 chegarem posteriormente será pautado para a Reunião Ordinária do dia 20 de abril/2017. Item
380 aprovado pela plenária. **ITEM – 5 - Homologação do Conhecimento do Incremento do Teto de**
381 **Média e Alta Complexidade, no valor de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais),**
382 **para a Atenção Ambulatorial e Hospitalar dos 139 (cento e trinta e nove) municípios e em 28**
383 **(vinte e oito) Hospitais de Pequeno Porte municipais, além de toda a Rede Hospitalar Estadual e**
384 **Hemorrede, oriundo de Emenda de Bancada Parlamentar do Tocantins. Proposta de Emenda**
385 **N°. 71280002, Rede Hospitalar Estadual – Gestão Estadual: R\$120.269.170,00 (cento e vinte**
386 **milhões duzentos e sessenta e nove mil e cento e setenta reais); Hemorrede – Gestão Estadual:**
387 **R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais); e, Rede Ambulatorial e Hospitalar nos 139**
388 **(cento e trinta e nove) municípios: R\$16.930.830,00 (dezesesseis milhões novecentos e trinta mil e**
389 **oitocentos e trinta reais);** A Expositora, Superintendente de Planejamento da SES-TO, A Sra. Luiza
390 Regina Dias Noletto faz uma apresentação a cerca dessa Emenda de Bancada que é uma emenda
391 inédita. O Sr. Vânio relata que foi abordado por alguns membros representante do COSEMS
392 informando que não tinham conhecimento prévio dessa Emenda de Bancada e relata que estão tendo
393 conhecimento somente hoje. A Sra. Luiza Regina esclarece que todos têm a adoção da pratica de
394 fazer articulações com os parlamentares estaduais e federais em busca de recursos para a saúde, e
395 anualmente tem um trabalho de levantamento das necessidades de investimento para a saúde. Em
396 2017 foram além, inovaram e colocaram todas as dificuldades do custeio da saúde do estado do
Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

397 Tocantins, subsidiando com informações de séries históricas, e os parlamentares se interessaram pelo
398 assunto principalmente porque o assunto está exposto na mídia, pelas dificuldades de manter toda a
399 rede hospitalar estadual que vem sofrendo com o desabastecimento que e o MS sinalizou a partir do
400 ano de 2016 as possibilidades de incremento no Teto MAC por meio de Emenda Parlamentar Federal;
401 teve o caso da Deputada Dorinha Seabra que colocou emenda de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
402 de Teto MAC para o estado sendo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o estado e R\$
403 100.000,00 (cem mil reais) para o Hospital Dom Orione (HDO), e essa discussão se intensificou e
404 conseguiram aprovar na Emenda de Bancada ao invés de Investimento foi decidido colocar essa
405 emenda de custeio na saúde, no valor de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), e na
406 Segurança Pública R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), a expositora relata que a Emenda de
407 Bancada Federal do Tocantins de 2017 não vai ser para investimento e sim para manutenção do
408 serviço de saúde e melhoria de Atenção a Segurança Pública no estado. Na sequência foi
409 apresentado uma contextualização que fortalece a Atenção a Saúde e o mapa de localização dessas
410 unidades de atenção hospitalar com as duas referências da Alta Complexidade em Araguaína e Palmas,
411 e em seguida a expositora apresentou um quadro comparativo da produção ambulatorial e hospitalar
412 nas unidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) onde 69% (sessenta e nove por cento)
413 dessas unidades são hospitais regionais, contando os 24 (vinte e quatro) leitos do Hospital de Doença
414 Tropical (HDT), onde 27% (vinte e sete por cento) desses leitos estão nos 28 (vinte e oito) hospitais
415 municipais que são Hospitais de Pequeno Porte (HPP), e o Filantrópico contratualizado Hospital Dom
416 Orione que representa 4% (quatro por cento) dos leitos SUS no estado. A produção ambulatorial
417 apresentada em 2016 ficou 61% (sessenta e um por cento) dentro da rede regional, 37% (trinta e sete
418 por cento) nos hospitais municipais e 2% (dois por cento) no filantrópico, a produção hospitalar foi de
419 84% (oitenta e quatro por cento) de procedimentos na rede dos 19 (dezenove) hospitais regionais, 5%
420 (cinco por cento) nos hospitais municipais e 10% (dez por cento) no filantrópico contratualizado e no
421 total 68% (sessenta e oito por cento) dos procedimentos ambulatorial e hospitalar estão nas redes dos
422 19 (dezenove) hospitais regionalizados, e o percentual de atendimento de pacientes internados 79%
423 (setenta e nove por cento) nos hospitais regionais, 11% (onze por cento) nos hospitais municipais e
424 10% (dez por cento) no filantrópico. Destaca que esse número de produção, sobretudo a hospitalar
425 pode não ser o número que de fato ocorre porque tem grande dificuldade de alimentação do Sistema
426 de Informação Hospitalar (SIH), com o trabalho que vem sendo feito de intensa motivação, cobrança,
427 controle e principalmente por meio das reuniões ordinárias que ocorrem todos os meses com os
428 diretores dos hospitais regionais onde já foi visto uma melhora nessa informação do SIH no âmbito
429 dos hospitais regionais. Em seguida foi apresentado os desafios para a Organização dos Serviços de
Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

430 Saúde que são os pontos de atenção de média complexidade ambulatorial que são inadequados, sob
431 gestão estadual, concentrado na sua grande maioria dentro das unidades hospitalares do Estado, 80%
432 (oitenta por cento) desse atendimento ambulatorial especializado ainda ocorre dentro das estruturas
433 hospitalares que na maioria são inadequadas, onde foram constituídas em prédios não construídos
434 para ser hospital como exemplo: os Hotéis a Legião da Boa Vontade (LBV), e o grande desafio de
435 qualificar o acesso por meio do atendimento humanizado, e não tem ponto de atenção suficiente que
436 contempla atributos de organização dessas redes conforme os critérios, a SES vem ao longo do
437 período lutando por recurso de investimento que venham dar uma resposta, onde nem consegue
438 investimento até o custeio vem sendo acompanhado. A expositora relata apesar da alta cobertura da
439 Estratégia Saúde da Família (ESF) 94.18% (noventa e quatro ponto dezoito por cento) no final de
440 2016 ainda tem estruturas inadequadas onde a maioria ainda não atende a qualificação ideal da
441 Atenção Primária no estado. E por fim esse desafio que é a discrepância dos valores da tabela SUS
442 nos serviços de diária de UTI Tipo II Neonatal, Pediátrico e Adulto e os serviços de Anestesiologia
443 onde pela tabela SUS só pode pagar recurso federal no valor 12% (doze por cento) dos
444 procedimentos, e a maior parcela é financiado com recursos do tesouro; uma diária de UTI a tabela
445 financiada é de R\$ 478,00 (quatrocentos e setenta e oito reais), a não qualificada, mas quando compra
446 pela rede privada não esta habilitada por isso não pode usar recurso do MS. A expositora citou os
447 exemplos dos Exames de Imagem Tomografia, Ressonância, Mamografia e Ultrassonografia de 25%
448 (vinte e cinco por cento) sobre o valor da tabela que gera um impacto muito grande na necessidade da
449 alocação do recurso do tesouro da receita própria na saúde, porque não consegue aplicar mais do que
450 necessitam nesses serviços; foi conseguido mudar a situação em relação ao laboratório clínico porque
451 era também um caso que comprava acima do preço da tabela SUS em torno de 25% (vinte e cinco por
452 cento) e teve o enfrentamento no final de 2016 quando se publicou uma nova licitação para
453 contratualização tendo como critério apenas a tabela e foi traumática a transição porque outros
454 laboratórios se credenciaram e foi conseguido reduzir o preço nesse credenciamento, onde hoje os
455 serviços laboratórios são prestados ao preço de tabela SUS, a transição na prestação dos serviços
456 laboratoriais foi conflituosa e com isso o Secretário de Saúde responde um processo criminal, que tem
457 sido objeto de muita discussão no Conselho Estadual de Saúde (CES) e relata que não é fácil o
458 enfrentamento com o mercado fornecedor para baixar preço de serviços de saúde. E em seguida a
459 expositora apresentou o gráfico que demonstra a Participação da União e do Estado no Financiamento
460 da Saúde no Tocantins do ano 2011-2016 onde o grande agente financiador é o Tesouro do Estado
461 porque o recurso tem uma concentração onde não tem muitas possibilidades de custeio com esse
462 recurso do Tesouro porque ele está comprometido com pessoal, e em 2016 teve R\$ 155.000.000,00

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

(cento e cinquenta e cinco milhões de reais) de recurso do Tesouro para custeio de todo sistema estadual da saúde no que diz respeito as proposta de intervenção da SES que ficam limitados em função desses R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) apenas, e somando isso com os R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais) do MS que praticamente todo ele já e para custeio, o que é investimento e só aquelas parcelas do bloco de investimento já que são engessadas pela proposta de emendas parlamentares; o investimento que hoje tem vindo todo via emendas parlamentares. O próximo gráfico demonstra a Receita Própria do Estado aplicada em Saúde desde 2002 onde tem uma média em torno de 76 % (setenta e seis por cento) desse recurso do tesouro é direcionado para salários, no ultimo ano 86% (oitenta e seis por cento) foi para pessoal e ficou para o custeio 14% (quatorze por cento) e 0.29% (ponto vinte e nove por cento) para investimentos, nos Recursos Humanos 84% (oitenta e quatro por cento) são servidores concursados e 84% (oitenta e quatro por cento) da folha desses Recursos Humanos também 84% (oitenta e quatro por cento) vão para unidades hospitalares, as menores frações ficam na Vigilância Sanitária, na Coordenação da Atenção Primária, em si porque tem profissionais cedidos aos Municípios, Assistência Farmacêutica, Educação Permanente e Articulação em Gestão que envolve a administração central da SES, Transporte e toda a logística de estrutura de serviço. O próximo quadro é uma comparativa ao longo dos últimos dez anos do que foi efetivamente empenhado e gastos na saúde do estado para a rede hospitalar regional, onde a média de R\$ 100.404.000,00 (cem milhões e quatrocentos e quatro mil reais) de recurso do tesouro no custeio o valor anual de pessoal de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) em 2006 para R\$ 783.000.000,00 (setecentos e oitenta e três milhões de reais) em 2016 e quando olha para a média R\$ 399.000.000,00 (trezentos e noventa e nove milhões de reais) não refletem a realidade; ano a ano os recursos do MS cresceram aproximadamente R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) de 2006 para 2016 sendo no ultimo ano R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais) de maneira que os totais aplicados nos Hospitais saem de R\$ 209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de reais) para R\$ 1.000.057,00 (um milhão e cinquenta e sete mil reais) em 2016. A Sra. Luiza Regina relata que foi feito uma comparação básica uma relação de procedimentos realizados onde a informação da produção SIH, foi feito uma divisão do total aplicado pelo total produzido para ter uma idéia do custo do financiamento se mostra que na rede hospitalar de que 83% (oitenta e três por cento) dele são dados pelo recurso do tesouro e 17% (dezessete por cento) pela União e essa é a realidade para o ano de 2016. Em seguida a expositora apresenta uma evolução do valor do leito em 2012, 2013, 2014, 2015, 2015 e 2016 onde se percebe no custeio do leito que a maior parte é de pessoal; 74% (setenta e quatro por cento) em 2016 o recurso aplicado em pessoal e 26% (vinte e seis por cento) em outros custeios. O Próximo gráfico apresentado

496 está no painel do Integra Saúde SUS onde foi feita uma relação do leito geral do hospital com o total
497 aplicado durante o ano nesse leito, é um custeio do ponto de vista orçamentário, aquilo que foi gasto e
498 aquilo que tem de leitos é uma relação simples, não é apuração de custo foram feito em três hospitais;
499 HI, HDMR e HGPP, ambos de perfil distinto o HGPP, uma maternidade e o outro infantil, foi
500 percebido que não muda muito porque tudo que é adquirido no período é consumido, não tem recurso
501 para ter estoque, comprou o medicamento vai ser consumido, não tem reserva. O Hospital Infantil e o
502 HDMR que apresenta os maiores valores de leitos porque são hospitais especializados. No gráfico
503 apresentado a expositora apresenta um levantamento com os valores gastos com materiais e
504 medicamento ao longo dos últimos dez anos onde percebe os picos de crescimentos e estabilidade
505 porque pelo numero de leito pela população fica dentro do nível gastar em torno de R\$ 38.000.000,00
506 (trinta e oito milhões de reais) R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) com material e
507 medicamentos e teve um pico em 2014 de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) que
508 foi visto resultados negativos com perdas de materiais e insumos, mas isso tem estabilizado em
509 2015/2016. E com todo esse material que subsidiou a discussão com os parlamentares houve o
510 entendimento que seria justo estar colocando essa emenda no ano de 2017 da bancada para a saúde,
511 foi feito uma proposta de aplicação dessa emenda onde R\$ 120.269.170,00 (cento e vinte milhões
512 duzentos e sessenta e nove mil e cento e setenta reais) seria destinado a rede hospitalar para aumentar
513 o numero de cirurgias eletivas e implantar os protocolos assistenciais, a proposta guarda coerência
514 com plano de ação civil que tem no âmbito da gestão hospitalar. A Sra. Regina relata que o
515 gerenciamento dos hospitais estão judicializados, que tem na Justiça Federal uma ação civil publica
516 onde foi apresentado um plano de ação que esta disponível no site da SES, cujo plano de ação vai de
517 2016 a 2019 para executar medidas que dêem respostas a uma série de constatação feitas pela
518 auditoria do Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS), de não
519 conformidade de funcionamento dos hospitais, essas propostas de aplicação desses recursos eles vem
520 de encontro também desse plano onde tem o inquérito de situação de desabastecimento da rede, e
521 precisa trabalhar para assegurar a manutenção do funcionamento desses hospitais; a expositora cita a
522 Hemorrede que também necessita de recurso do tesouro e pelo contexto da escassez dos recursos do
523 tesouro, tem dificuldades de colocar recursos na Hemorrede e também os 139 (cento e trinta e nove)
524 municípios para estar melhorando a resolutividade dessa atenção ambulatorial hospitalar em todas as
525 regiões e nos 139 (cento e trinta e nove) municípios. Esse recurso tem que seguir a orientação da
526 Portaria GM/MS Nº 778/2017 que traz regras, e uma das regras é que não pode colocar no município
527 mais do que ele recebe de Teto MAC. A expositora relata que poderá cadastrar essa emenda parte no
528 MAC parte dela no Piso da Atenção Básica (PAB) e foi tomado com ponto de partida o PAB sendo

que o somatório dos 139 (cento e trinta e nove) municípios perfaz R\$ 30.451.635,00 (trinta milhões quatrocentos e cinquenta e um mil e seiscentos e trinta e cinco reais). A expositora informa que foi feito uma discussão com a equipe da SES para pensar nesse direcionamento de parte dessa emenda para os municípios, foi uma questão colocada pelo governador de que essa emenda teria que contemplar os municípios. Explana que foram utilizados os seguintes critérios: 80% (oitenta por cento) do PAB para os municípios até 5.000 (cinco mil) habitantes, 70% (setenta por cento) do PAB para os municípios de 5.000 (cinco mil) habitantes a 10.000 (dez mil) habitantes, 60% (sessenta por cento) do PAB para os municípios, 10.000 (dez mil) a 20.000 (vinte mil) habitantes, 50% (cinquenta por cento) do PAB para os municípios 20.000 (vinte mil) a 30.000 (trinta mil) habitantes, 40% (quarenta por cento) do PAB para os municípios, de 30.000 (trinta mil) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, 30% (trinta por cento) do PAB para os municípios de 50.000 (cinquenta mil) a 100.000 (cem mil) habitantes e 20% (vinte por cento) do PAB para os municípios acima de 100.000 (cem mil) habitantes, para os 28 (vinte e oito) municípios que tem os hospitais municipais HPP e também foi feito a proposta de colocar R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por leito, buscado numa pesquisa que foi feita pelo MS para melhorar o financiamento dos HPP. Chegaram ao montante de R\$ 12.194.830,00 (doze milhões cento e noventa e quatro mil e oitocentos e trinta reais) a partir dos percentuais do PAB mais R\$ 4.736.018,00 (quatro milhões setecentos e trinta e seis mil e dezoito reais) para HPP, chegando a R\$ 16.930.830,00 (dezesseis milhões novecentos e trinta mil e oitocentos e trinta reais) que representa 12% (doze por cento) da emenda de bancada. A Sra. Luiza Regina relata que nos municípios que vão receber R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por leito de HPP foi feito uma redução desse percentual onde foram aplicados 10% (dez por cento) do PAB ao invés dos critérios escalonados, ele vai receber mais recursos porque já vai receber R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por leito. A Sra. Liliana Fava/Superintendente de Vigilância Promoção e Proteção à Saúde relata que não participou dessa discussão e quer entender se a Atenção Primária na questão da relação da gestão estadual se não teria condições de ter uma parcela desse recurso para a gestão estadual da Atenção Primária, ou se é só para município mesmo. A Sra. Luiza Regina informa que a emenda é uma novidade, está sendo uma construção do formato, para esse cadastro só foi feito uma indicação, e para a gestão estadual é Teto MAC e não pode ir para o bloco da Atenção Básica do estado, e que em 2018 é outra realidade esta sinalizada a extinção desses blocos; relata que os valores destinados ao estado têm que ser cadastrado por Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). A expositora esclarece que a SES receberá o incremento MAC nos hospitais. A Sra. Sonia Maria SMS de Dianópolis tem uma preocupação se para quem já está em exercício com as UPAS e quem está para abrir a UPA, porque é uma política insuficiente quando se pensa em UPA onde vão absolver muitas coisas dos hospitais, vão

562 tirar a porta de atendimento hospitalar e jogar dentro das UPAS, relata que está contemplada a passa
563 momentos difícil com a UPA regional no Sudeste, quer ver se tem maneira de ser contemplada com
564 alguma coisa. A Sra. Luiza Regina esclarece que infelizmente o modo operante do financiamento hoje
565 não é possível, só vai ser possível no PAB porque tem ambulatorio, a UPA é incentivo e o teto MAC
566 e os incentivos onde um deles é a UPA, o que pode acontecer e trabalhar na locação desse recurso,
567 verificar que recurso que tem disponível para colocar na UPA e liberar, são estratégias de apropriação
568 dos recursos existente para pegar esse novo pontual e jogar onde pode jogar e aquele que se pode
569 colocar em qualquer lugar colocar na UPA, o município tem em essa flexibilidade. A Sra. Luiza
570 Regina cita como exemplo que a SES gostaria muito de pegar esse recurso e dar uma arrumada nas
571 portas de entrada dos hospitais, mas não pode nem reforma, não pode ampliação, não pode aquisição
572 de equipamento. Destaca que a Assessoria Parlamentar do MS foi muito claro quanto a isso e para
573 quando chegar o momento de viabilização dessa emenda e para que a proposta ocorra no desembolso
574 de oito parcelas, não vai ser parcela única, é preciso estar pronto para não fazer de modo atropelado,
575 então esse é o momento para que sejam homologadas esses critérios; a expositora relata que relata
576 que se a CIB entender como razoável suficiente para aprovação dos critérios fica para a comissão
577 tomar essa decisão. O Sr. Whislly inicia a fala parabenizando a equipe do estado pelo trabalho que
578 fizeram, pela capacidade de demonstrar ao MS e as dificuldades que o estado passa no ponto de vista
579 da manutenção do serviço onde é sempre uma dificuldade conseguir do MS a leitura da realidade
580 local, não pode deixar de considerar que esses recursos já eram do SUS, essas emendas parlamentares
581 é um tipo de política do SUS, parte dos recursos que já era do SUS passa para um terceiro opinar
582 aonde vai locar, e essas discussões precisam ser mantidas porque não pode ignorar esse fato. O Sr.
583 Whislly relata que ficou muito claro na apresentação, faz algumas observações que o estado já
584 conseguiu fazer esse movimento no passado, porque o estado são 139 (cento e trinta e nove)
585 municípios, já houve no passado um incremento de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) em
586 que o estado colocou todo em procedimentos de gestão estadual em anos posteriores mais R\$
587 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e agora nesse valor de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta
588 milhões de reais) somente 12% (doze por cento) é destinado aos municípios, e cada ente responde
589 pelo serviço, e pelo não serviço; o Sr. Whislly traz a realidade das dificuldades que os municípios
590 possuem, onde o município de Palmas tem um déficit anual com o SAMU de R\$ 4.900.000,00 (quatro
591 milhões e novecentos mil reais) e o município já opera no vermelho há algum tempo, mas tem
592 conseguido um excelente desempenho porque Palmas têm tirado leite de pedra são R\$ 4.900.000,00
593 (quatro milhões e novecentos mil reais) que é o déficit do SAMU e mais R\$ 34.000.000,00 (trinta e
594 quatro milhões de reais) que o município coloca nas UPAs para manter o funcionamento delas; que

595 recebe 20% (vinte por cento) de custeio federal e mais uns 10% (dez por cento) do estado para manter
596 o financiamento das UPAS, 70% (setenta por cento) são fonte do tesouro municipal; esse recurso
597 poderia ser custeado com parte desse valor porque é Teto MAC tanto o SAMU quanto as UPAs,
598 relata também que tem custeado com recursos próprios no município de Palmas três equipe do NASP,
599 isso significa R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) que deixa de receber todo mês e esta
600 pagando os profissionais em dia isso da um valor de R\$ 3.000.120,00 (três milhões e cento e vinte mil
601 reais) ao ano, e está com 18 (dezoito) Equipes Saúde da Família em funcionamento custeado com
602 recursos próprios, 16 (dezesesseis) Equipes Saúde Bucal e ainda tem três dependendo de aprovação do
603 estado; mantém também equipe de consultório na rua também sem financiamentos, são serviços
604 mantidos com recursos do tesouro municipal isso da um montante de R\$ 5.911.820,00 (cinco milhões
605 novecentos e onze mil e oitocentos e vinte reais). O Sr. Whislly quer fazer uma reflexão com os
606 colegas do estado porque o estado tem muita força nesse movimento que precisa ser compartilhado,
607 não ter envolvido municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi numa discussão como essa, na tentativa
608 de captar recursos, não é muito legítimo enquanto representante do estado, porque nem sequer
609 participaram disso, e era um movimento que favoreceria os municípios que tem um menor poder de
610 pressão junto ao MS, e o movimento conjunto fortaleceria a gestão estadual como um todo, não
611 apenas os hospitais municipais porque virou tão somente uma política hospitalar. Destaca que o PAB
612 que deveria ser a principal política de atenção recebe R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais),
613 sendo que R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) são para incrementar tão somente o Teto
614 MAC hospitalar, precisam refletir sobre isso porque se pegar R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta
615 milhões de reais) dividir por 30 (trinta) vai ter idéia do quanto se investe a mais. O Sr. Whislly acha
616 que é um desprestígio com toda a construção do sistema de fortalecer a Atenção Primária, deixa claro
617 que esse recurso deveria ser destinado a Atenção Primária. A pergunta é? Qual o percentual destinado
618 aos municípios do Teto MAC porque os excedentes R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) vai para
619 a Atenção Primária desses R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais) vai receber R\$
620 96.000,00 (noventa e seis mil reais) que considera insuficiente. Destacou que a Pauta foi extensa de
621 emendas parlamentares e quando envolve aprovação de recursos para os municípios precisa de
622 projeto, homologação, aprovação e o que consta era só para dar conhecimento, e se o recurso for para
623 o estado, acha que deveriam rever essa questão, o Sr. Whislly quer saber qual o percentual que vai
624 ser destinado ao Teto MAC dos municípios, porque o município de Palmas tem um déficit de R\$
625 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), esse recurso poderia amenizar um pouco esse buraco,
626 e a fonte do Teto MAC é um recurso global único e é fragmentado a partir de uma pactuação comum,
627 que não está ocorrendo porque nenhum município e nem a Vigilância Sanitária participou dessa
Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

628 discussão, porque nenhum recurso foi destinado para as ações de Vigilância, e relata que sentiu falta
629 de uma discussão conjunta; ele entende que essas considerações iniciais precisam rever os critérios
630 que foram adotados no sentido de que o capital é pequeno e nesse momento tiveram uma conversa
631 com o Ministro no sentido de dar uma pressão, estão em vias de desabilitar todos os serviços para
632 adequar às disponibilidades financeiras, onde os profissionais tem direito a remuneração no final da
633 jornada de trabalho. Sr. Whislly quer manifestar o desacordo com a lógica que foi adotada, ele acha
634 que deveria rever porque foram R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que o estado captou
635 para PPI e colocou integralmente procedimentos que só ele detém o serviço e depois foram mais R\$
636 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e sobre o incremento do Teto MAC no estado e no
637 município de Palmas, onde o estado tem mantido os mesmos serviços ao longo de uma década, se
638 verificar a curva de incremento de PPI do estado é uma curva ascendente, e vai ter uma curva para
639 cima de mais R\$ 136.000.000,00 (cento e trinta e seis milhões de reais) e desses recursos 88%
640 (oitenta e oito por cento) vão ficar com o estado, e considera um absurdo e cada vez mais se assusta
641 com esse sistema, porque se não se unir de fato o estado quando captar um recurso desse não pode
642 olhar apenas para os hospitais, e as mudanças dessa lógica estão na mão do estado, é o município que
643 destina a aplicação deles e, portanto pode insistir na lógica porque tem tornado muita gente rica nesse
644 País. O Sr. Vânio ratificou que na apresentação trouxe a estratificação de percentuais de que cada ente
645 ficou responsável pelos atendimentos na totalidade de 2016 que 68% (sessenta e oito por cento),
646 ficamos sob gestão do estado, o município ficou com 28% (vinte e oito por cento) e os filantrópicos
647 com 4% (quatro por cento) e para compreender aonde se chegaram a R\$ 16.930.000,00 (dezesseis
648 milhões e novecentos e trinta mil reais) ele representa R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), se
649 pegar uma lógica elementar terá que utilizar uma série histórica de três quatro anos atrás e encontrar
650 uma média, se pegar o recurso e encontrar a estratificação de percentual ficariam 68% (sessenta e oito
651 por cento) para o estado e 28% (vinte e oito por cento) aos municípios, por quê? 12% (doze por cento)
652 por quê? R\$ 16.930.000,00 (dezesseis milhões e novecentos e trinta mil reais), outro questionamento
653 do Sr. Vânio é a questão do PAB que tem uma portaria específica MS/788/2016 que traz o Teto de
654 cada município que trata do Teto MAC do PAB fixo, se os municípios foram responsáveis pelos
655 atendimentos em 2016 referentes a quase 30% (trinta por cento) dos municípios, e hoje recebe 12%
656 (doze por cento) de um recurso captado, sem contar o contexto de quase R\$ 100.000.000,00 (cem
657 milhões de reais) de incremento e em 2014 teve todo aquele contexto daquela reunião conturbada
658 difícil onde os municípios se posicionaram querendo recursos e não conseguiram, e relata que logo
659 depois veio à operação Socorro da Polícia Federal que trouxe toneladas de insumos incinerados, que
660 foram recursos aportados para o estado e tentaram fatiar esse recurso com os municípios e foi para o

661 ralo. Vem à pergunta por quê? 12% (doze por cento) onde foi encontrado esse valor de R\$
662 16.930.000,00 (dezesseis milhões novecentos e trinta mil de reais). A Sra. Valéria SMS de Lajeado
663 fala em nome do município de Lajeado com 3.000 (três mil) habitantes onde vê as dificuldades e os
664 números de zeros que é falado agora imagina um município pequeno como Lajeado, onde o estado
665 tem uma dívida com o município tanto da Farmácia da Atenção Básica como o SAMU, relata que o
666 município não tem acesso Ressonância Magnética há dois anos, não tem acesso a Tomografia
667 Computadorizada há dois anos, não tem acesso a Mamografia há três anos, isso tudo responsabilidade
668 do estado e agora vem esse dinheiro e é dividido para o estado e para os hospitais, e estão hoje
669 discutindo a Câmara Técnica porque estão discutindo uma contrapartida de R\$ 14.000,00 (quatorze
670 mil reais) em quatro meses, está discutindo hoje com o município de Tocantínia uma contrapartida do
671 SAMU de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês; a Sra. Valéria acha que tem que ter uma atenção
672 não só aos municípios grandes e serviços grandes do estado porque não estão para discutir quanto
673 custa sua folha do pagamento, ou uma ambulância do SAMU, mas a folha do SAMU ela sabe são R\$
674 30.000,00 (trinta mil reais), então de onde sai essa força de serviço é do município? A Atenção Básica
675 e que está trabalhando evitando os pacientes para os hospitais, cadê a fila de cirurgias eletivas, não
676 funciona o paciente vai e volta, isso acontece com o município de Lajeado, e será que é diferente nos
677 outros municípios, indo mais dinheiro para os hospitais, vai ter mais serviços, porque até hoje não
678 teve, porque esses dois outros incrementos que foi colocado não aumentaram a oferta para os
679 municípios; a Sra. Valéria relata que também não está concordando com esse cálculo, quem vai sair
680 perdendo são os municípios pequenos, apesar de ser os 80% (oitenta por cento) do PAB. O Sr.
681 Wisllay complementa a fala da Sra. Valéria que inclusive é assunto da Câmara Técnica, só para ter
682 uma ideia à complementação para atender todos os municípios da região Capim Dourado o valor
683 complementar, se o estado repassasse R\$ 1.261.996,00 (um milhão duzentos e sessenta e um mil e
684 novecentos e noventa e seis reais) ele cobriria um ano de complementação da região Capim Dourado,
685 e que esse assunto foi colocado só para apresentação, para conhecimento porque do ponto de vista de
686 homologação e aprovação não faz sentido se parte desse recurso fosse destinado para o pagamento da
687 complementação teria garantia de acesso a esses serviços para todos os municípios. A Sra. Luiza
688 informa que a complementação por meio desta Emenda é só para este ano, não tem continuidade, não
689 poderá pegar o recurso e dizer que o estado vai complementar as tabelas dos valores dos serviços dos
690 municípios com ele porque não é possível porque ele não é recurso do tesouro do estado ele é um
691 recurso do MS. A Sr.^a Luiza Regina esclarece que não conseguiu compreender o que o Sr. Wisllay
692 colocou, o teto MAC de Araguaína é R\$ 24.426.000,00 (vinte e quatro milhões e quatrocentos e vinte
693 e seis mil reais), ele vai receber pela proposta de R\$ 725.919,00 (setecentos e vinte cinco mil e

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

694 novecentos e dezenove reais). Relata que não partiu de 12% (doze por cento) para chegar-nos R\$
695 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) partiu da realidade do fundo de Atenção Básica do Teto
696 Mac para chegar ao numero dezesseis, não conhecia numero nenhum, só a possibilidade da emenda
697 de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) e ai foram trabalhar o critério com base na
698 Atenção Básica, e a partir disso incrementando com o leito HPP e depois fazendo o corte do
699 escalonamento do percentual do PAB conforme a população e trouxeram para 10% (dez por cento) do
700 PAB aqueles que vão receber também na proposta por leito de HPP, a Sra. Luiza relata que esse foi o
701 ponto de partida e ao chegar nesses números a partir do PAB a partir do HPP obtiveram R\$
702 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), Palmas R\$ 867.661.000 (oitocentos e sessenta e sete mil e
703 seiscentos e sessenta e um reais) foi calculado a partir do percentual sobre o PAB, Palmas não têm
704 hospital municipal, e recebe R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) de PAB ano,
705 então os 20% (vinte por cento) do PAB representa R\$ 867.000,00 (oitocentos e sessenta e sete mil
706 reais) e essa é a proposta, e ai esses R\$ 867.000,00 (oitocentos e sessenta e sete mil reais) que está
707 colocando para a apresentação e homologação da existência da emenda, e essa proposta de critério
708 que estão trazendo, mas não tem sido feito de portas fechado, tem todo um amadurecimento, tem o
709 espaço da CIR tem muitas informações para trabalhar proposta e necessidades, e tem todo material a
710 disposição de análise epidemiológica, de avaliação das comissões de encaminhamentos atendidos e
711 não atendidos, são muitas informações, e todo esse trabalho foi utilizado, e quando o estado vai em
712 busca de emenda ele busca emenda para os municípios sim, em momento algum o estado deixou de
713 falar pelos municípios. O Sr. Whisllay relata que entendeu que é 20% (vinte por cento) do PAB fixo e
714 que esta sendo aportado para os municípios, ocorre que a portaria estabelece critérios para alocação
715 dos recursos que são aportados através de emendas parlamentares e Teto MAC, o critério é de aportar
716 no máximo 50% (cinquenta por cento) daquilo que foi produzido no ano de 2014. A Sra. Luiza
717 Regina informa que a orientação que tiveram não foi ultrapassar o Teto MAC se for 100% (cem por
718 cento) do Teto MAC tem obrigação de distribuir no PAB, e o Teto MAC do estado e dos 139 (cento
719 e trinta e nove) municípios é R\$ 332.368.655,00 (trezentos e trinta e dois milhões trezentos e sessenta
720 e oito mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais), a emenda não ultrapassa o 50% (cinquenta por
721 cento) do teto. O Sr. Whisllay afirma que esses recursos têm que ser aportado por unidade não é só
722 para o Teto MAC, quanto vai ser aportado para as unidades HGPP, HDMR e HI, e outro critério que a
723 portaria coloca na lógica esse recurso vai nadar no Teto MAC muito acima do que poderia ser
724 aportado para aquela unidade é quanto vai ser aportado para o HGPP, quanto para HMDR, quanto
725 para o HI, o valor do HGPP produziu R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em serviços aprovados
726 pela tabela SUS, destaca ainda que a leitura que foi feito a partir do momento que consegui captar R\$

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) não contemplou os municípios, e esse é um fato concreto e não consegue ver a Atenção Primária a Vigilância Sanitária sendo contemplada com esta proposta, essa proposta e contra o SUS. A Sra. Liliana Fava enfatiza que todos estão no mesmo barco e o que acontece é que Estado em nenhum momento foi em busca de recurso só para poder beneficiar a sua própria gestão, hospital atende a todos os municípios, e outra coisa foi só para falar de hospital de sua unidade, quantas vezes Palmas foi ao MS atrás de recurso, alegou que o Sr. Whisllay nunca pediu nem conversou e quem sabe podem estar negociando se fortalecendo, destaca que o estado tem autonomia para isso, e quando consegue está pensando no município sim, e o critério de distribuição poderia ter sido melhor consensuado, e sugeriu organizar uma Câmara Técnica para reorganizar isso, mas não pode tirar o mérito do estado realmente que vai atrás de recursos para todos, não é só para gestão estadual, tanto que foi reclamado aqui da própria gestão estadual que foi para o município, foi para a atenção primária municipal e não foi para a estadual, e para um estado como um todo faz parte do sistema, se for fragmentar o sistema está complicado. A Sra. Luiza enfatiza que resta continuar na luta de tentar quebrar o modelo de hospital vigente no País, e como foi colocado estão apresentando para conhecimento da CIB a existência dessa emenda, e os critérios estão sendo apresentados para que faça a discussão, onde as emendas devem ser levadas ao conhecimento da CIB e da CIR, a expositora sugere para fazer a correção no Item da pauta, porque segundo a expositora o pedido de Pauta é para dar conhecimento da existência da emenda; e dos critérios que foi apresentado como proposta de aplicação para que faça a discussão, se houver entendimento de que não vão ser aprovados os critérios; mas o conhecimento da emenda está dado. A Sra. Luiza relata que essa foi a proposta da inclusão da Pauta aqui hoje, a orientação que se tem da CIB que conhecimentos são homologados; os pedidos de pauta quando se diz respeito a emendas sempre é dar conhecimento, porque seguem a portaria de 2013 que fala da necessidade de dar conhecimento na CIR e na CIB e aí os conhecimentos são homologados. O Sr. Vânio sugere para tirar um encaminhamento, como é uma proposta de dar conhecimento desse aporte pode marcar uma Câmara Técnica para discutir mais profundamente onde possa alocar os recursos, e sentar com COSEMS e trazer uma proposta. A Sra. Mísia acha que a posição da Câmara Técnica é melhor para ser tomado nesse momento e esclarece ao Sr. Wisllay que quando o estado negocia o objetivo não é ferrar municípios, e se não se engana não era R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) era menos, mas do modo que foram enfáticos foi uma conversa do Secretário da Sra. Luiza Regina, e agora quando negocia foi pensado também nos municípios, se não está bom o total pode sentar e ser conversado, agora estão com essa situação sim com os hospitais e tudo que estão fazendo é um esforço grande para poder refazer o que ao longo de alguns anos foi feito aqui dentro e não vai detalhar o que foi feito, mas num outro

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

760 momento pode-se conversar, mas muita coisa foi feito e não foi pensando na gestão do povo, tudo que
761 foi feito dentro dessa secretária, e tem uma programação anual que não é fiscalizada pelos nossos
762 conselhos, e tira o dinheiro do que estava para Palmas e manda para outro lugar, isso precisa ser
763 acompanhado e nem um momento foi feito isso com intuito de colocar o município para traz. A Sra.
764 Luiza pontua que está falando de dinheiro para ampliar serviço e em momento algum foi falado
765 quando conseguiram o incremento de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) em 2012 e os R\$
766 40.000.000,00 (sessenta milhões de reais) do ano passado, foi falado em melhoria da participação
767 para diminuir o distanciamento da União colocando dinheiro nessa rede, alguém tem que assumir a
768 gestão dessa rede, o estado assumiu, e tem que entrar com muita força para melhorar o desempenho
769 dessa rede, para que consiga otimizar e ter condições de pegar essa pouca parcela do recurso do
770 Tesouro que está indo para os hospitais e colocar na atenção básica, porque se não mudar isso que
771 depende do estado, e pode dizer que fez parte da construção de demonstração desses números, estão
772 aí apresentado para os SMS, para o COSEMS, Ministério Público Federal, Ministério Público
773 Estadual, são números publicizados no site da SES e torce muito para que consiga maximizar esse
774 recurso federal para poder pegar aqueles R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de
775 reais) do tesouro e colocar na atenção básica. O Sr. José Martins SMS de Pedro Afonso pede para
776 participar da discussão porque parece que só Palmas e o estado têm problemas, relata que achou
777 interessante quando a Sra. Valéria perguntou qual era a situação dos outros municípios, Pedro Afonso
778 tem entre 10.000 (dez mil) a 20.000 (vinte mil) habitantes e tem um hospital estadual capengando, e
779 que esse dinheiro pudesse trazer melhorias para os hospitais regionais porque como foi relatado existe
780 uma política de hospital na sociedade onde a população espera o posto de saúde fechar para
781 posteriormente demandar no hospital o que poderia ser demandado na atenção básica, então precisam
782 encontrar critérios que pudesse chegar um pouco mais desse dinheiro aos municípios porque há uma
783 desproporção na hora que se cria o cálculo, mas se não conseguir fazer com que o hospital funcione
784 um pouco melhor, já quer parabenizar pela iniciativa, até pelas dificuldades que os hospitais estão
785 passando porque já teve que doar material de limpeza, insumos, medicamentos e as três ambulâncias
786 do município tem rodado quase que exclusivamente para o hospital, onde o hospital dá o combustível
787 e paga a diária do motorista, não é com isso que mantém sistema de transporte, mas espera que
788 possam ser revisto os critérios e pelo que entendeu não vão ser aprovados os critérios de distribuição
789 dos recursos e que esses critérios fossem discutidos amplamente com os municípios e o que é possível
790 fazer para melhorar a situação dos municípios, não adianta ficar pensando que melhorando a gestão
791 do hospital vai ser melhorado a qualidade da saúde do Tocantins, porque não vai, porque só vai ser
792 melhorado quando for feito junto estado e município priorizando a atenção básica. Sra. Luiza

esclarece que já pode deixar agendada uma data para as duas Câmaras Técnicas, mas não foi marcada porque não encontraram nenhuma possível data e ficou acordado que o Sr. Vânio irá verificar com o COSEMS para marcar a data. A Sra. Nayara esclarece que levantou com o Sr. Sinvaldo e propôs que a urgência seria do Transporte Sanitário Eletivo, sabe-se que a CIB tem cinco dias úteis para elaborar essas resoluções, mas as resoluções do Transporte Sanitário Eletivo não poderiam ficar para a semana que vem porque as resoluções de quem enviaram os documentos de inclusão de pautas até agora terão as resoluções digitadas hoje e encaminhadas para a assinatura do secretário; escaneadas e enviadas por e-mail aos respectivos municípios. **ITEM 4 - Fundação Pio XII e Hospital de Câncer de Barretos:** Ficou acordado que este Item será apresentado na próxima Reunião Ordinária do dia 20/04/2017. A Sra. Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento da SES-TO representando o Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB/TO nesta plenária, hoje dia sete de abril de 2017, dia mundial da saúde encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos, e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros presentes nesta reunião.

SESAU:

Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde: _____

Gilian Cristina Barbosa/Diretoria de Atenção Primária: _____

Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS: _____

Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento da SES-TO: _____

Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana/Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde: _____

Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/Superintendente de Vigilância Promoção e Proteção à Saúde: _____

Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde: _____

Mísia S. Figueredo/Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS: _____

Vera Lucia Carvalho/Analista técnico Administrativo da SES: _____

COSEMS:

Anna Cristina C. B. Bezerra/Diretora de Descentralização e Regionalização e SMS de Porto Nacional: _____

José Nelson Brito da Silva/Conselheiro Fiscal do COSEMS e SMS de Riachinho: _____

Juliano Ribeiro de Souza/SMS de Chapada da Natividade: _____

Sônia Maria Bezerra T. de Mendonça/Diretora de Comunicação e SMS de Dianópolis: _____

Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite de 07 de abril de 2017

- 822 Sinvaldo dos Santos Moraes/SMS de Cristalândia: Sinvaldo dos Santos Moraes
- 823 Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupi: VÂNIO RODRIGUES DE SOUZA
- 824 Valéria Silva Paranaguá/Diretora Administrativa e SMS de Lajeado: Valéria Silva Paranaguá
- 825 Whislly Maciel Bastos/SMS de Palmas: Whislly Maciel Bastos